



**NIEP  
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Valor e “valor consuetudinário de troca” no pré-capitalismo			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Fábio Frizzo</b>	Programa de Pós-Graduação em História	PPGH-UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
A partir da crítica a trabalhos da antropologia econômica que projetam no pré-capitalismo as categorias da economia capitalista e, desta forma, naturalizam a racionalidade econômica calcada na produção de mercadorias e reprodução do capital, buscar-se-á expor as particularidades da economia pré-capitalista. Para isto, utilizaremos categorias como “trabalho concreto em abstrato” para dar conta da inexistência de trabalho abstrato antes do capitalismo e “valor consuetudinário de troca” na tentativa de explicar as relações de equivalência nas trocas comerciais antes do desenvolvimento do valor.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Valor; pré-capitalismo			
ABSTRACT			
This paper's aim is to do a critical appraisal of some economic anthropologists that think the concept of value from the acritical transposition of capitalist categories to pre-capitalists societies. Starting from this critical, we aim to elaborate one concept of value that respects the peculiarities of pre-capitalism.			
KEYWORDS			
Value; pre-capitalism			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

## Valor e “Valor Consuetudinário de Troca” no Pré-Capitalismo

Fábio Frizzo

Ao comentar o pensamento de Feuerbach, Marx afirma que o primeiro ato histórico é a produção dos meios para satisfação das necessidades humanas primárias, como comida, bebida, moradia, vestimenta etc<sup>1</sup>. Na busca pela satisfação de tais necessidades, os homens acabam entrando em processos de troca de parte desta produção. Desta maneira, as trocas podem ser encontradas – de maneiras diferentes – em sociedades humanas dos mais distintos períodos históricos.

A pluralidade histórica nas quais as trocas são encontradas leva alguns pesquisadores a afirmações tais como a de que o “*comércio é eterno*”, embora a racionalidade moderna não se encontre em todas as formações econômicas por conta da diferença em relação à liberdade de escolha entre compradores e vendedores<sup>2</sup>. A associação entre troca e livre comércio, que inicialmente pode parecer inocente, tem implicações políticas importantíssimas, estando aqueles que as reproduzem conscientes disto ou não.

Concordamos com o historiador catalão Josep Fontana, quando este afirma que:

**Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la.**<sup>3</sup>

Fontana deriva seu pensamento diretamente das afirmações feitas por Marx e Engels n’A *Ideologia Alemã*. Segundo ele, cada classe social cria uma visão de mundo na qual a produção da história está ligada a uma explicação das desigualdades do presente (que ele chama de “economia política”) e um projeto de político para o futuro. A partir do momento em que tal classe social torna-se dominante, sua visão de mundo perde o caráter de ferramenta crítica e assume a função de legitimadora do novo sistema. Para isto, propaga-se a divisão entre uma história, vista como uma narrativa objetiva dos acontecimentos significativos do passado; uma economia política, que deve aparecer como uma descrição “científica” e imparcial do funcionamento da sociedade e um projeto

---

<sup>1</sup> MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 33.

<sup>2</sup> HARING, Ben. “Economy”. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Disponível em <http://escholarship.org/uc/item/2t01s4qj> p. 6.

<sup>3</sup> FONTANA, Josep. *História. Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru: EDUSC, 1998. p. 9.

político, destinado a resolver os problemas do presente respeitando os marcos da economia política admitida. Marx e Engels, mostram o mesmo processo de forma semelhante em uma nota suprimida do manuscrito de 1845-46:

**A própria classe dominante tem, em média, a representação de que seus conceitos dominaram e os diferencia das representações dominantes de épocas precedentes apenas porque os apresenta como verdades eternas. Esses “conceitos dominantes terão uma forma tanto mais geral e abrangente quanto mais a classe dominante precisar apresentar seus interesses como os interesses de todos os membros da sociedade.”<sup>4</sup>**

Desta maneira, a projeção de formas sociais do presente no passado – fato comum na historiografia da economia pré-capitalista em seus mais distintos recortes – leva uma naturalização das relações capitalistas. Em dois textos distintos d’*O Capital*, Marx alerta para tanto esta função da economia burguesa, quanto para a necessidade de se diferenciar dela. Primeiro, no posfácio da segunda edição:

**À medida que [a perspectiva] é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social, a economia política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar em episódios isolados.<sup>5</sup>**

E no prefácio à edição inglesa:

**É no entanto evidente que uma teoria que considera a moderna produção capitalista como mera etapa da evolução da história econômica da humanidade tenha de empregar outras expressões do que aqueles autores que encaram essa forma de produção como imperecível e definitiva.<sup>6</sup>**

O alerta contra a modernização do passado não pode servir, todavia, como a afirmação de que sua reconstrução tal como ocorrido é possível, numa espécie de positivismo histórico-econômico a ser construído a partir das fontes que as sociedades pré-capitalistas nos legaram. Toda

---

<sup>4</sup> MARX, K. & ENGELS, F. *Op. Cit.* p. 48, nota b.

<sup>5</sup> MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 16.

<sup>6</sup> *Idem.* p. 32.

história é, por definição, retrospectiva e tal caráter tem que ser considerado de maneira mais cuidadosa. O caráter retrospectivo do pensamento científico fica claro na seguinte afirmação:

**A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento.<sup>7</sup>**

O método exposto por Marx em sua *Introdução* de 1857 demonstra que a *economia burguesa fornece a chave da economia antiga*, mas que não se devem *apagar todas as diferenças históricas* e ver, como os economistas burgueses – e historiadores das economias pré-capitalistas –, *a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade*. Em outras palavras, a análise do passado deve partir das categorias mais abstratas que são *produtos de relações históricas* (capitalistas!) e *têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas*. Segundo a conhecida metáfora marxiana:

**(...) as categorias que expressam suas relações [da sociedade burguesa] e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas (...). A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco.<sup>8</sup>**

A análise das trocas no pré-capitalismo passa, portanto, por uma consideração crítica acerca das categorias que utilizadas para sua compreensão e fundadas a partir da sociedade atual, como *mercadoria e valor*.

O estudo das trocas em sociedades pré-capitalistas é objeto de economistas, historiadores e antropólogos que, a partir dos pontos de vista característicos das respectivas disciplinas, buscam uma melhor compreensão de categorias como a mercadoria.

Em um texto claramente influenciado pela Antropologia Cultural, Arjun Appadurai tenta construir uma definição aistórica de mercadoria, que possibilite sua aplicação indiferenciada para qualquer sociedade. Neste sentido, faz da mercadoria *qualquer coisa destinada à troca* e deriva esta definição de uma crítica à forma como Marx trabalhou com a mesma categoria. Segundo Appadurai,

---

<sup>7</sup> MARX, K. *O Capital. Op. Cit.* p. 73.

<sup>8</sup> MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo Boitempo, 2011. p. 58.

**(...) Marx ainda estava preso a dois apriorismos da episteme de meados do século XIX: um estabelecia que só se podia observar a economia com referência às problemáticas da produção; o outro considerava o movimento em direção à produção de mercadorias como evolutivo, unidirecional e histórico. O resultado: mercadorias existem ou não existem e são produtos de uma espécie particular.<sup>9</sup>**

Uma vez que a simples definição de mercadoria como algo que entra na esfera das trocas não resolve os problemas complexos inerentes à análise dos intercâmbios, Appadurai avança, a partir de uma apreciação da obra de Georg Simmel, e soma à sua construção conceitual a idéia de que, para serem mercadorias, as coisas devem conter “valor econômico”. Esta, todavia, não precisa ser uma característica inerente ao objeto em toda sua existência, podendo este portá-la temporariamente.

Ao descartar a análise marxiana da mercadoria como algo produzido com determinado fim, o que Appadurai faz é livrar-se da idéia de mercadoria como tipo de coisa para entendê-la como uma situação da coisa, uma *situação mercantil*. Esta poderia ser definida como uma situação em que a trocabilidade de uma coisa por outra constitui um traço social relevante.

A fase de mercadoria dentro da “biografia do objeto” poderia se manifestar de diversas maneiras: 1) por destinação, ou seja, objetos destinados à troca pelos produtores; 2) por metamorfose, coisas destinadas a usos diversos que acabam sendo colocadas no estado mercantil; 3) por desvio, objetos que são colocados no estado mercantil embora tenham sido originalmente protegidos deste estado; 4) ex-mercadorias, coisas retiradas temporária ou definitivamente do estado mercantil.<sup>10</sup>

Se por um lado, as ideias de Appadurai podem estar adequadas a sociedades pré-capitalistas, nas quais, como veremos, as coisas circulam por meio de diferentes relações sociais, por outro, o autor desconsidera qualquer corte entre tais sociedades e o capitalismo. Este mesmo erro é cometido por outros antropólogos, como Igor Kopytoff.

Kopytoff parte da mesma definição puramente circulacionista de Appadurai para a mercadoria – a única que permite encontrar igualdade entre as coisas trocadas em toda a história humana. A partir disto, constrói um conceito de mercadoria como fenômeno universal, já que sua

---

<sup>9</sup> APPADURAI, A. “Introdução: Mercadorias e a Política de Valor”. In: APPADURAI, A. (Org.). *A Vida Social das Coisas. As Mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2010. pp. 15-87. Citação referente à p. 22.

<sup>10</sup> *Idem*. p. 31.

existência seria concomitante à existência de relações que envolvessem a troca de coisas, incluindo ou não dinheiro.<sup>11</sup>

Embora universais, as mercadorias, para Kopytoff, também não carregariam esta definição por toda a sua trajetória. O autor é categórico ao afirmar que:

**(...) o único momento em que o status de mercadoria de uma coisa não é colocado em dúvida é quando ela é efetivamente trocada. Na maior parte do tempo, quando a mercadoria está efetivamente fora da esfera das mercadorias, o seu status é inevitavelmente ambíguo e sujeito ao jogo de vai-e-vem dos fatos e dos desejos, na medida em que vai sendo seguido pelo fluxo social.<sup>12</sup>**

Tal raciocínio leva o autor à conclusão de que não existe qualquer realidade em que tudo seja mercantilizado, a não ser numa *imagem marxista extravagante de um capitalismo completamente mercantilizado*. Isto poderia fazer sentido, dentro de uma linha de pensamento que afirma que as coisas ganham o caráter mercantil somente durante o ato da troca, desconsiderando completamente a existência do status de mercadoria durante, por exemplo, o momento da produção de determinados objetos que são feitos exclusivamente para o mercado.

Appadurai e Kopytoff não caem na armadilha modernista/formalista de transportar categorias capitalistas para o passado, mas, ao ignorarem o corte marcante do capitalismo na história humana, acabam, no sentido contrário, transportando relações pré-capitalistas para uma formação econômica na qual os homens se relacionam através da produção e troca de mercadorias.

Afirmar que, no capitalismo, algo pode perder o caráter de mercadoria só porque alguém resolve que não vai vender uma coisa específica é desconhecer completamente o funcionamento do modo de produção capitalista e suas relações sociais.

Uma perspectiva antropológica de análise das sociedades pré-capitalistas bem mais interessante é a do francês Maurice Godelier, que parte da teoria marxista e, portanto, considera a diferenciação qualitativa entre o capitalismo e outros modos de produção da vida material.

Inicialmente, Godelier afirma que nas economias pré-capitalistas a esfera da circulação é fortemente compartimentada. Desta maneira, ao contrário das sociedades de mercado, as primitivas seriam marcadas por uma estrutura econômica multicentrada, na qual determinados bens não

---

<sup>11</sup> KOPYTOFF, I. “A Biografia Cultural das Coisas: A Mercantilização como Processo”. In: APPADURAI, A. (Org.). *Op. Cit.* pp. 89-121. Citação referente à p. 94.

<sup>12</sup> *Idem.* p. 113.

poderiam ser trocados por outros que não pertencessem à mesma esfera. Um exemplo seria a impossibilidade do intercâmbio entre um bem de prestígio e um de subsistência.

A inexistência de um modo único de circulação de bens em várias sociedades pré-capitalistas seria explicada principalmente pelo caráter limitado das trocas e ausência ou desenvolvimento insuficiente de uma produção mercantil.<sup>13</sup>

A definição de mercadoria passaria, então, por uma exclusão das formas não-mercantis de circulação de bens, como a dádiva, a partilha, e o tributo, entre outras. A seguir, seria possível identificar a mercadoria como um bem destinado à permuta conforme taxas aceites, fossem elas fixas ou variáveis<sup>14</sup>.

Na transição de um objeto entre sociedades diferentes<sup>15</sup>, pode ocorrer a transferência do mesmo entre esferas de circulação. Desta maneira, algo que é produzido para ser trocado na forma de dádiva, pode se tornar, no outro grupo, uma mercadoria. É neste sentido que há uma aproximação entre Godelier e Appadurai em relação ao caráter transitório do *status* de mercadoria, com a diferença de que o primeiro considera este caráter transitório apenas nas sociedades pré-capitalistas.

Em sua análise da sociedade capitalista, Marx utiliza-se da conhecida definição de mercadoria que parte da satisfação das necessidades humanas através da criação de valor de uso somada ao imperativo da transferência deste valor de uso para quem ele vai servir por meio da troca<sup>16</sup>. Segundo Marx,

**As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor.<sup>17</sup>**

A questão da transitoriedade do caráter mercantil de determinados objetos é tratada por Marx como uma questão de via única. No modo de produção capitalista, as coisas são produzidas

---

<sup>13</sup> GODELIER, M. "Antropologia Econômica". In: GODELIER, M. et Alii. *Antropologia. Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971. pp. 141-190. Citação referente à p. 178.

<sup>14</sup> *Idem.* p. 181.

<sup>15</sup> Marx indica justamente que as trocas se iniciam entre sociedades: "(...) a troca surge muito mais na relação das diferentes comunidades entre si do que na relação entre os membros de uma única e mesma comunidade". MARX, K. *Grundrisse. Op. Cit.* p. 56.

<sup>16</sup> MARX, K. *O Capital. Op. Cit.* p. 49. Adendo explicativo inserido por Engels, conforme explicado na nota 11a.

<sup>17</sup> *Idem.* p. 53.

para a troca, mas há a possibilidade de algo que não tenha sido se quer produzido, entre na esfera da circulação como mercadoria.

**Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por meio de dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria.<sup>18</sup>**

Não há, todavia, afirmações marxianas sobre o percurso inverso, a saber, a perda do caráter mercantil de alguma coisa. Inexiste qualquer coisa que se possa comprar ou vender e que mais tarde perca totalmente estas características. O fato de que alguém pode se recusar a vender determinado objeto, não significa que este perca seu caráter de mercadoria. Este tipo de análise supera aquela pautada na “fase de determinada coisa em sua biografia”, como defendem Appadurai e Kopytoff, porque pressupõe a totalidade social e não as análises “biográficas” individuais.

Há uma controvérsia que aparece, se não em Marx, pelo menos nas interpretações possíveis da sua obra, acerca da mercadoria. Uma posição é aquela que aponta para a existência de mercadorias, de forma subordinada, em outros modos de produção; a outra é a de que a mercadoria só poderia existir, conforme descrita n’*O Capital*, no capitalismo. É importante entender que esta controvérsia liga-se não só à existência de trocas e preços no pré-capitalismo – algo que a presença maciça nas fontes impediria de negar –, mas à produção de mercadorias e à substância dos preços e equivalências no intercâmbio.

A posição que afirma a produção e existência de mercadorias no pré-capitalismo, ou seja, a idéia de que não se trocavam apenas excedentes dos valores de uso, mas também coisas produzidas para o mercado, encontra apoio textual no próprio Marx, em um comentário sobre James Mill:

**Produção de mercadorias e circulação de mercadorias são, porém, fenômenos que pertencem aos mais diferentes modos de produção, embora com extensão e alcance diferentes. Não se sabe, portanto, ainda nada sobre a *differetia specifica* desses modos de produção e não se pode, assim, julgá-los, quando apenas as categorias abstratas da circulação de mercadorias que lhes são comuns são conhecidas.<sup>19</sup>**

Desta maneira, em um contexto em que a maioria da produção está destinada à criação de valores de uso e à satisfação das necessidades comunitárias, a produção de bens para a troca existe

---

<sup>18</sup> *Idem.* p. 92.

<sup>19</sup> *Idem.* p. 100, nota 73.

de maneira subordinada. Marx afirma, de maneira genérica, esta possibilidade na seguinte afirmação:

**Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que nele se manifesta.**<sup>20</sup>

A segunda posição, de que a mercadoria, tal como descrita n' *O Capital*, só pode existir no capitalismo, é defendida a partir de uma visão que encontra na produção de valor e na percepção de trabalho abstrato a sua condição de existência. Para isto, vejamos alguns elementos importantes que, para Marx, diferenciavam o pré-capitalismo da etapa posterior.

Destarte, em seu trabalho sobre as formações econômicas pré-capitalistas, Marx afirma que, ao contrário da produção capitalista voltada para a troca,

**(...) em todas estas formas, nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com sua comunidade, da qual constituem a base (...).**<sup>21</sup>

Um aspecto fundamental para o surgimento do capitalismo foi o processo de dissolução das *diversas formas nas quais o trabalhador é um proprietário e o proprietário trabalha*. Para isto, algumas condições básicas têm que ser cumpridas: 1) a dissolução da relação com a terra como condição natural de produção, na qual este deixa se relacionar com ela a partir da comunidade; 2) a dissolução das relações em que o homem aparece como proprietário dos instrumentos de trabalho; 3) a dissolução das relações em que os trabalhadores são parte direta das condições objetivas de produção e, assim, objetos de apropriação (o fim da apropriação do trabalhador e início da apropriação do trabalho).<sup>22</sup>

A formação da estrutura capitalista necessita, portanto, do surgimento do indivíduo com a substituição do caráter comunitário da produção pela imposição da troca como agente individualizante. Assim, os homens passam a serem vistos como trabalhadores livres que,

---

<sup>20</sup> MARX, K. *Grundrisse. Op. Cit.* p. 59.

<sup>21</sup> MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Intro. e Trad. de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 77.

<sup>22</sup> *Idem.* p. 92.

desprovidos das condições necessárias à sua reprodução, têm como única propriedade sua força de trabalho. O desenvolvimento das trocas

**(...) causa tanto a dissolução das relações de propriedade do trabalho quanto as suas condições de existência como a dissolução do próprio trabalho como algo que é, em si, parte das condições objetivas da produção.<sup>23</sup>**

A apropriação do trabalho, que no pré-capitalismo era feita através de meios extra-econômicos, assume, no capitalismo, a aparência de troca entre indivíduos. Os trabalhadores, então,

**(...) confrontam todas as condições objetivas de produção como propriedade alheia, como sua não-propriedade mas, ao mesmo tempo, como algo intercambiável como valor (...).<sup>24</sup>**

A questão do intercâmbio de valores parte da análise das equivalências em quaisquer trocas. Esta descoberta já havia sido feita por Aristóteles na Antiguidade que, Marx cita, afirmava que apenas poderia haver troca com igualdade e igualdade com comensurabilidade<sup>25</sup>. A análise desta comensurabilidade das trocas passa pela definição do conceito de valor.

Vimos anteriormente que Arjun Appadurai define a mercadoria como algo que é trocado e possui um “valor econômico”. Na mesma página de seu trabalho, o mesmo afirma que *a troca econômica é o que cria valor*<sup>26</sup>. Conclui-se que, para ele, a troca é a determinação que gera tanto a mercadoria quanto o “valor econômico”.

Em sua visão circucionista, Appadurai, a partir do trabalho de Georg Simmel, afirma que a troca define reciprocamente o valor dos objetos.

**Ou seja, o desejo de alguém por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de um outro objeto, que é o foco do desejo de outrem. Tal troca de sacrifícios é o que constitui a vida econômica (...). O valor econômico é, para Simmel, gerado por essa espécie de troca de sacrifícios.<sup>27</sup>**

---

<sup>23</sup> *Idem.* p. 106.

<sup>24</sup> *Idem.* p. 97-98.

<sup>25</sup> ARISTÓTELES *apud* MARX, K. *O Capital. Op. cit.* p. 62.

<sup>26</sup> APPADURAI, A. *Op. Cit.* p. 15.

<sup>27</sup> *Idem.* p. 16.

Sem criticar a visão formalista da economia presente em Simmel, Appadurai, afirma que este não vê na mercadoria um valor absoluto resultante da demanda que suscita, lembrando que é a troca que estabelece os parâmetros de utilidade e escassez e, portanto, estes não podem, por sua vez, estabelecer o valor.

Ainda que afirme que cada troca individual estabeleça valores diferentes para os objetos trocados, Appadurai sente a fraqueza teórica da sua construção e tenta solidificá-la inserindo o conceito de “regimes de valor” para explicar o estabelecimento de padrões de valor compartilhados.

Um dos critérios importantes para estabelecer as taxas de equivalências entre as coisas nas trocas é, para Appadurai, o conhecimento da produção das mercadorias. A variação dessas taxas, portanto, dever-se-ia às diferenças de conhecimento em relação à produção dos objetos. No caso específico do pré-capitalismo,

**A transposição de demandas externas para produtores locais é da alçada do comerciante e seus agentes, que providenciam pontes logísticas e de preço entre universos de conhecimento que podem ter um contato direto mínimo.<sup>28</sup>**

O abismo entre o conhecimento sobre o processo produtivo de um objeto entre um grupo determinado e outro seria o hiato que permitiria aos comerciantes lucrarem com a troca de mercadorias.

A conclusão de Appadurai sobre o valor nas trocas é a seguinte:

**A política (no sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder) é o que vincula valor e troca na vida social das mercadorias.<sup>29</sup>**

Após algumas dezenas de páginas repletas de considerações acerca dos conceitos de mercadoria e valor, Appadurai consegue apenas chegar à conclusão completamente inconclusiva de que o que ele chama de valor (criado pela troca) – o que só não é descrito como preço porque o autor quer afirmar o caráter geral de sua teoria no sentido de possibilitar a análise de qualquer troca – é determinado por relações sociais, chamadas por ele de “política”.

---

<sup>28</sup> *Idem.* p. 61.

<sup>29</sup> *Idem.* p. 78.

Na mesma seara relativista que Appadurai, o que Kopytoff afirma é que o problema do valor e da equivalência entre valores foi sempre um enigma filosófico que envolveu a igualação ou equiparação entre coisas distintas. Como busca uma teoria que unifique as trocas capitalistas e pré-capitalistas, o autor se vê obrigado a criticar a teoria do “valor do trabalho” como insuficiente e propor que, entre esferas distintas de circulação,

**A cultura assim se dedica à tarefa mais modesta de criar equivalência de valor dentro de diversas esferas específicas de mercadorias.<sup>30</sup>**

A princípio não há qualquer erro na afirmativa do autor, desconsiderando o caráter indefinido dado ao conceito de cultura (algo, ademais, comum a boa parte dos antropólogos). Independente disto, há, tampouco, uma resposta efetiva para a questão das equivalências, principalmente porque ele desconsidera a teoria do valor/trabalho por esta ser insuficiente, provavelmente por só explicar as trocas no capitalismo quando ele busca generalizar as determinações dos valores em todas as trocas da história humana a partir de uma mesma categoria aistórica.

Longe de desprezar a teoria do valor/trabalho, vejamos como Marx trabalha com o conceito de valor. A princípio, a partir de sua definição de mercadoria, Marx trabalha com os conceitos de valor de uso e valor de troca. Se o primeiro destina-se, como visto, à satisfação de uma necessidade,

**O valor de troca aparece, de início, como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço.<sup>31</sup>**

O processo de troca, portanto, é um processo no qual os valores de uso são abstraídos. As qualidades específicas das coisas desaparecem para possibilitar a equivalência quantitativa entre objetos diferentes. Dito de outra maneira, os trabalhos concretos que produziram cada uma das coisas são reduzidos a um único tipo de trabalho que, por conta deste caráter, não pode ter qualquer forma concreta, sendo, portanto, trabalho abstrato.

**Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano**

---

<sup>30</sup> KOPYTOFF, I. *Op. Cit.* p. 98.

<sup>31</sup> MARX, K. *O capital. Op. Cit.* p. 46.

**abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.**<sup>32</sup>

Para servir como elo de equivalência na troca de dois objetos de trabalhos distintos, o trabalho abstrato tem que ter um caráter quantitativo. Este é dado pelo tempo de trabalho necessário à produção da coisa.

**O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.**<sup>33</sup>

A produção dos mesmos objetos pode variar bastante em tempo dentro de uma dada sociedade. Desta maneira, o tempo individual de trabalho necessário não poderia contar para o estabelecimento do valor, porque mercadorias iguais produzidas de maneiras diferentes poderiam ter valores diferentes. Neste sentido, Marx afirma a determinação do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

**Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho.**<sup>34</sup>

Ao inserir a questão do trabalho na determinação do valor aparece claramente um corte na história da troca de mercadorias, relativo ao surgimento das condições necessárias ao aparecimento e funcionamento do capitalismo. Como modo de produção no qual os trabalhadores só têm acesso às suas as suas condições objetivas de reprodução através da troca de valores, a própria força de trabalho surge como mercadoria.

Quanto à apropriação do trabalho alheio que, como visto, aparece como uma troca no capitalismo, Marx afirma:

**Não constitui mais surpresa, pois, descobrir que o sistema de valores de troca – a troca de equivalentes medidos em trabalho – transforma-se em apropriação do trabalho alheio sem troca, a total separação do trabalho e da propriedade ou, então,**

---

<sup>32</sup> *Idem.* p. 53.

<sup>33</sup> *Idem.* p. 48.

<sup>34</sup> *Idem.* p. 48.

**revela esta apropriação como seu pano de fundo oculto. Pois as regras dos valores de troca e da produção de valores de troca, *pressupõem* a própria força de trabalho alheio como valor de troca. Isto é, *pressupõem* a separação da força viva de trabalho de suas condições objetivas; um relacionamento com estas – ou com sua própria objetividade – como propriedade de outrem (...).**<sup>35</sup>

No contrário simétrico do que afirma Appadurai sobre a relação entre troca e valor, Marx deixa claro que *é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca*. No capitalismo, este caráter regulador se impõe como uma lei, contradizendo a afirmação de Kopytoff de que algo que não é trocado no capitalismo não é mercadoria e sua crítica de que somente numa imagem marxista extravagante tudo seria mercantilizado. Marx é, neste sentido, incontestável:

**É mister uma produção de mercadorias totalmente desenvolvida antes que da experiência mesma nasça o reconhecimento científico, que os trabalhos privados, empreendidos de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como membros naturalmente desenvolvidos da divisão social do trabalho, são o tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional porque, nas relações causais e sempre oscilantes de troca de seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando alguém a casa cai sobre a cabeça.**<sup>36</sup>

A pergunta que deve ser feita agora é: se a troca de valores baseados no trabalho abstrato e, portanto, nos tempos de trabalho socialmente necessários é uma característica do modo de produção capitalista, o que podemos dizer sobre o pré-capitalismo? Ainda que Aristóteles tenha descoberto a comensurabilidade das trocas, Marx afirma que seria impossível mesmo para um gênio como ele perceber que a essência desta comensurabilidade era o trabalho abstrato. Tal impossibilidade dever-se-ia ao caráter diferenciado dos trabalhos na sociedade grega em consequência da desigualdade entre os homens, marcadamente com a escravidão.

**O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular.**<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> MARX, K. *Formações...* Op. Cit. pp. 106-107.

<sup>36</sup> MARX, K. *O Capital*. p. 73.

<sup>37</sup> *Idem*. p. 62.

A partir dos estudos de sociedades primitivas, Godelier acreditou encontrar alguma referência ao trabalho como substância mesmo nas trocas não-mercantis, transpondo, de maneira pouco crítica, as normas do capitalismo para o pré-capitalismo. Numa explicação abstrata das trocas de dádivas, o marxista francês afirma:

**Nos casos de permutas equilibradas de serviços e de trabalho (...) está tacitamente convencionado que se preste um dia de trabalho por um dia de trabalho que foi dado (...). A medida da reciprocidade é o tempo de trabalho. Se uma pessoa recebeu ajuda para arrotear um campo, retribuirá esta ajuda no dia em que o vizinho repara o teto. O que conta é menos a identidade concreta das tarefas do que a equivalência do dia de trabalho.<sup>38</sup>**

No caso de sua análise clássica da sociedade baruya, da Papua Nova Guiné, há duas citações que apontam o mesmo. A primeira é uma declaração de um baruya acerca dos argumentos utilizados nas barganhas empreendidas quando das trocas com outras sociedades.

**Quando barganhamos, o trabalho é invocado apenas como último recurso. Trabalho pertence ao passado, já foi quase esquecido. Nós só o trazemos a tona quando o outro homem vai longe demais.<sup>39</sup>**

A partir desta declaração, segue a análise de Godelier:

**A troca é estabelecida em um nível que expressa tanto a necessidade quanto o trabalho [labour] envolvido (ou o esforço para adquirir o recurso), mas o trabalho [labour] parece desempenhar um papel secundário; isto só pode ser definido como um tipo de mínimo abaixo do qual a taxa de troca não deve descer, enquanto a necessidade, a raridade do produto, poderia ser definida como o limite máximo atingível.<sup>40</sup>**

As referências supracitadas apontam para uma espécie de percepção inconsciente dos valores como substâncias das trocas mesmo no pré-capitalismo. Uma posição contrária pode ser

---

<sup>38</sup> GODELIER, M. *Op. Cit.* pp. 166-167.

<sup>39</sup> GODELIER, M. “‘Salt money’ and the circulation of commodities among the Baruya of New Guinea”. *Perspectives in Marxist Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. pp. 127-151. Citação referente à p. 146.

<sup>40</sup> *Idem.* p. 150.

encontrada no instigante trabalho do historiador argentino Octávio Colombo sobre a lei do valor nas sociedades camponesas pré-capitalistas<sup>41</sup>.

Primeiro, faz-se necessário ressaltar que a troca de valores equivalentes não rege as ações conscientes dos sujeitos nem no capitalismo. Os indivíduos efetuam suas partes nos intercâmbios guiados pelos movimentos dos preços, as expressões monetárias do valor, e não a partir de um cálculo consciente do tempo de trabalho socialmente necessário, este fato é entendido a partir de uma análise científica *post festum*. Desta maneira, no pré-capitalismo, a efetividade da lei do valor dependeria de mecanismos econômicos que, independente de qualquer grau de consciência, estabelecessem um vínculo orgânico entre produção e circulação, incluindo, logicamente, uma estrutura determinada de propriedade e um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Algumas características da produção pré-capitalista apoiam a tese da vigência completa da lei do valor. Dentre elas, podemos citar três: 1) a mais evidente delas foi notada de alguma maneira até por um circulacionista como Appadurai, a saber, a simplicidade dos processos de produção, que permitia aos sujeitos conhecerem com relativa exatidão o tempo de trabalho investido nos bens envolvidos nas trocas; 2) a inexistência de ramos de produção propriamente ditos e a movimentação dos trabalhadores com relativa facilidade entre a produção de diferentes gêneros agrícolas e, no caso da manufatura, artesanais; 3) o acesso dos produtores aos meios de produção, possibilitando o refúgio no autoconsumo em momentos de variações desfavoráveis nos preços.

Tais elementos deveriam conter distorções excessivas na estrutura dos preços, pelo menos quando fossem originadas no movimento de oferta/demanda de determinado valor de uso.

Há, por outro lado, características da produção pré-capitalista que se opõem à hipótese do funcionamento da lei do valor. A primeira delas já era apontada por Marx, n' *O Capital*:

**Aqueles antigos organismos sociais de produção (...) são condicionados por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza. Essa restrição real se reflete idealmente nos cultos na Natureza e nas religiões populares da Antiguidade.<sup>42</sup>**

Colombo aponta uma série de consequências deste baixo desenvolvimento das forças produtivas, tanto no que se refere à produção, quanto ao transporte para a circulação de bens, para o

---

<sup>41</sup> COLOMBO, O. "La Ley del Valor en los Mercados Campesinos Precapitalistas". Texto cedido pelo autor.

<sup>42</sup> MARX, K. *O Capital. Op. Cit.* pp. 75-76.

funcionamento da lei do valor. Inicialmente, o caráter flutuante de uma produção extremamente dependente das condições naturais teria efeitos perturbadores sobre o mercado.

A racionalidade econômica camponesa não ligava a produção ao movimento dos preços. Uma vez que os produtos comercializados tinham caráter secundário frente à produção de subsistência. A evolução dos preços não resultava necessariamente no redirecionamento de recursos produtivos, como no capitalismo, mas, muitas vezes, a um aumento dos estoques. Assim, mesmo quando os preços aumentavam de forma inversamente proporcional à produtividade, não se poderia afirmar que a lei do valor operava de maneira plena como mecanismo de distribuição do trabalho social entre os produtores, ou, em outras palavras, como reguladora do processo produtivo. A lei

**(...) só teria validade para mercadorias agrárias e em um sentido exclusivamente quantitativo, em relação à magnitude do valor, mas não como forma social reguladora das relações entre produtores. Tal situação poderia satisfazer a definição de valor da economia política clássica, mas não da teoria marxista.<sup>43</sup>**

O mesmo baixo desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente instabilidade da produção poderia gerar, no caso de uma má colheita, o aumento do tempo de trabalho necessário para a produção de uma unidade de um determinado produto agrário e, com isto, uma redução do tempo de trabalho destinado à produção de mercadorias pela contração do excedente. Este efeito é exatamente o inverso daquele que aparece na economia capitalista, na qual um aumento do preço acima do valor se manifesta como aumento da taxa de lucro e conduz a um aumento do trabalho social investido na produção mercantil do produto determinado.

Por fim, baixo desenvolvimento das forças produtivas tem reflexos ainda na visão social sobre o trabalho. Este era visto, como observado na citação de Marx, não como fruto apenas da ação humana frente à natureza, mas incluía também a atividade de seres sobrenaturais. As limitações na identificação do trabalho humano à produção impediriam a constatação do mesmo como substância do valor.

**(...) a não percepção do trabalho como atividade produtiva em geral (seja agrária ou artesanal) supõe logicamente sua não percepção como trabalho abstrato. A igualação dos diferentes trabalhos concretos não se resolve no plano teórico, mas no social. (...) Em rigor, é a concepção ricardiana (mas não a marxista) que incorre no erro de ignorar a diferenciação entre trabalho concreto e abstrato e, portanto,**

---

<sup>43</sup> COLOMBO, O. *Op. Cit.* p. 13-14.

**identifica a substância do valor com o trabalho imediatamente investido na produção e não com o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário.**<sup>44</sup>

Aparece, portanto, a resposta para um dos elementos que era apontado, inclusive por Appadurai (mesmo que não nestes termos), como uma característica que possibilitaria a aplicação da lei do valor no pré-capitalismo: o conhecimento do processo produtivo em decorrência da baixa especialização do trabalho. Fica claro que não é a simplicidade do processo produtivo que permite a conversão de trabalho concreto em trabalho abstrato, mas, como visto, isto é resultado da alienação do produtor em relação tanto aos seus meios de produção quanto ao seu produto e, conseqüentemente, resultado também da produção generalizada de mercadorias.

Colombo atenta para o fato de que uma correspondência entre a produção e a necessidade social no pré-capitalismo deveria levar a uma interpretação do intercâmbio de equivalentes ocasional ou acidental, ao contrário de ser visto como um funcionamento pleno da lei do valor.

**(...) o valor como relação social só pode operar quando os preços refletem as condições de produção e, inversamente, que os preços reflitam tal coisa só [ocorre] quando as relações de produção são regidas pela lei do valor.**<sup>45</sup>

Exposta a problemática do valor, é hora de voltar à questão das duas possibilidades de interpretação do trabalho marxiano acerca da mercadoria. Como visto, uma delas é a de que esta aparece de formas subordinada em todos os modos de produção. A outra é aquela que afirma que o caráter duplo das mercadorias aponta para a necessária existência do valor e, conseqüentemente, do trabalho abstrato, algo só presente no capitalismo.

Moishe Postone é um autor que segue a linha da segunda interpretação acerca da mercadoria. Segundo este, a análise marxiana da mercadoria como relação social objetificada implica no fato de que no capitalismo o trabalho tem o caráter duplo de trabalho concreto e trabalho abstrato. Postone afirma que:

**“Trabalho abstrato” não se refere simplesmente ao trabalho concreto em abstrato, ao “trabalho [*labour*]” em geral, mas é um tipo de categoria muito diferente. Ele significa que o trabalho [*labour*] no capitalismo também tem uma dimensão social única que não é intrínseca à atividade laboral como tal: ele não só medeia as relações humanas com a natureza, mas as relações sociais também. Desta maneira,**

---

<sup>44</sup> *Idem.* p. 17.

<sup>45</sup> *Idem.* p. 25.

ele constitui uma forma nova, quase-objetiva, de interdependência social. “Trabalho abstrato”, como uma função mediadora do trabalho historicamente específica, é o conteúdo, ou melhor, a “substância” do valor. (...) Então, suas objetificações – mercadoria, capital – são ambas produtos do trabalho concreto e formas objetificadas de mediação social. De acordo com esta análise, as relações sociais que melhor caracterizam a sociedade capitalista são muito diferentes, do ponto de vista qualitativo, das relações sociais evidentes – tais como relações de parentesco ou relações de dominação direta ou pessoal – que caracterizam as sociedades não-capitalistas.<sup>46</sup>

O aspecto acentuado por Postone da obra do Marx – mais especificamente d’*O Capital* – é a singularidade histórica dos conceitos de valor e trabalho abstrato que, para além do aspecto de trabalho generalizado usado como substância da equivalência nas trocas, têm funções de mediadores das relações sociais. Desta forma, a utilização da categoria “valor” no pré-capitalismo teria que ser diferente.

Falar de valor no pré-capitalismo é partir de uma visão retrospectiva na qual já conhecemos a forma mais desenvolvida desta categoria. O próprio Marx afirma:

**(...) a categoria econômica mais simples, digamos, o valor de troca, supõe a população, população produzindo em relações determinadas; [supõe] também um certo tipo de família – ou comunidade – ou de Estado etc. Não pode jamais existir, exceto como relação abstrata, unilateral, de um todo vivente, concreto, já dado. Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva uma vida antidiluviana.<sup>47</sup>**

A aplicação do valor para sociedades pré-capitalistas, outrossim, pode encontrar apoio na utilização no passado das demais categorias que contém especificidades características do modo de produção capitalista. Neste sentido, o exemplo dado por Edward Thompson e sua diferenciação entre dois usos de “classe social” é interessante:

**Se retornarmos à classe como categoria historiográfica, poderemos ver historiadores dispostos do conceito com dois significados diferentes: a) com referência ao conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável e b) como uma categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa. No meu modo de ver, tal conceito pode ser adotado com propriedade em ambos sentidos. Todavia, confusões geralmente surgem quando nos deslocamos de uma acepção para a outra.<sup>48</sup>**

---

<sup>46</sup> POSTONE, M. *Capital and Historical Change*. Artigo apresentado na conferência “Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21<sup>st</sup> Century” na Cornell University (Ithaca, NY), em 13 de março de 2004. p. 3. Grifos nossos.

<sup>47</sup> MARX, K. *Grundrisse. Op. Cit.* p. 55.

<sup>48</sup> THOMPSON, E. “Algumas Observações sobre Classe e ‘Falsa Consciência’”. In: \_\_\_\_\_. *Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: editora UNICAMP. 2001. pp. 269-281. Citação referente à p. 272.

Abstrações feitas em cima de realidades mais complexas, como mercadoria e valor, devem, assim, serem utilizadas em contextos mais simples, desde que sejam tomados os devidos cuidados de diferenciação, evitando que as categorias apareçam como determinações aistóricas.

A mercadoria existente pré-capitalismo não é aquela em que o valor de troca é marcado pelo trabalho abstrato, mas sim, como destacado na citação de Postone, pela generalização do trabalho concreto. Ou seja, afirmar que não existia uma medida de tempo de trabalho socialmente e sua correspondência nos preços, não significa que os homens não conseguissem estabelecer formas de valoração que incluíssem alguma percepção – incompleta em relação à capitalista – do seu trabalho.

A problematização não pode parar no aspecto incompleto da abstração do trabalho concreto. A substância dos preços no pré-capitalismo envolve relações de dependência pessoal e outras relações extra-econômicas – como a interferência sobrenatural na produção – que, no contexto pré-capitalista, desempenham funções econômicas.

Todos os fatores contribuíam para um estabelecimento dos preços que, com a tradição, tendia a se solidificar numa determinada sociedade. O próprio Marx aponta para isto:

**O que, na prática, primeiro interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quais proporções, portanto, se trocam os produtos. Tão logo essas proporções amadurecem, alcançando certa estabilidade costumeira, elas parecem provir da natureza dos produtos de trabalho (...). De fato, o caráter de valor dos produtos de trabalho apenas se consolida mediante sua efetivação como grandezas de valor.<sup>49</sup>**

Godelier constata esta determinação consuetudinária do valor em sua observação dos baruya e afirma que as taxas de troca eram estabelecidas entre as tribos e tendiam a permanecer as mesmas<sup>50</sup>. Neste sentido, a barganha tinha papel fundamental, respeitando, obviamente, os vínculos de dependência pessoal estabelecidos, para o estabelecimento do que podemos chamar de um “valor de troca consuetudinário”.

A análise das trocas de mercadorias e, conseqüentemente, dos valores de trocas destas no pré-capitalismo deve ser sensível tanto à contingência das relações sociais de intercâmbio – que nunca são universalizadas numa realidade fragmentada como a pré-capitalista –, quanto aos

---

<sup>49</sup> MARX, K. *O Capital. Op. Cit.* pp. 72.

<sup>50</sup> GODELIER, M. “Salt money...”. *Op. Cit.* p. 129.

elementos que, em cada uma delas, são utilizados e tradicionalmente cristalizados na valoração e no estabelecimento dos preços.